



SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL

**Andrea Cristina Lombardo¹, Aurea Cristina Feliciano², Dione de Castro
Gadelha Vasconcellos³, Karina Cristina Lombardo⁴, Karina Maria Dela Coleta
Keppe Salatino⁵ Rosana Aparecida Motta Barcella⁶**

1Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil (e-mail: andreacristinalombardo@gmail.com) 2Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, 3Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, 4 Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, 5 Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, 6 Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil

Resumo:

Este estudo analisa a interface entre saúde mental e educação socioemocional na Educação Básica, destacando sua contribuição para a formação integral dos estudantes. Por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica, discute práticas pedagógicas, políticas públicas e desafios relacionados à formação docente. Evidencia-se a necessidade de ações integradas entre escola, família e rede de proteção para promover acolhimento, prevenção e bem-estar no ambiente escolar.

Palavras-chave: Saúde mental. Educação socioemocional. Educação Básica. Formação integral. Formação docente.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com o adoecimento emocional de crianças e adolescentes tem colocado a saúde mental no centro do debate educacional contemporâneo. A escola, nesse cenário, é convocada a transcender sua função tradicional de transmissão de conhecimentos, assumindo o papel de ambiente



privilegiado para a promoção do bem-estar socioemocional. Essa mudança de paradigma exige a integração de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento integral do estudante, reconhecendo que a aprendizagem está profundamente enraizada nas dimensões afetivas e relacionais.

Nesse contexto, a educação socioemocional emerge como abordagem curricular fundamental, auxiliando os estudantes a compreender e gerenciar suas emoções, estabelecer relações saudáveis e tomar decisões responsáveis. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou essa perspectiva ao estabelecer, entre suas dez competências gerais, a necessidade de contemplar as habilidades socioemocionais como pilares estruturantes da formação. Tal orientação oficial reconhece que o desenvolvimento cognitivo está intrinsecamente ligado às dimensões socioafetivas, rompendo com modelos pedagógicos exclusivamente conteudistas.

Este artigo tem como objetivo analisar a interface entre saúde mental e educação socioemocional na Educação Básica, investigando como práticas pedagógicas e políticas públicas podem articular-se para construir ambientes mais acolhedores e humanizados. Parte-se da seguinte questão-problema: de que maneira a educação socioemocional contribui para a promoção da saúde mental dos estudantes, e quais os principais desafios para sua implementação efetiva no contexto escolar brasileiro? A resposta a essa indagação orienta a estruturação do debate proposto nas seções seguintes.

JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo justifica-se, inicialmente, pela crescente presença de situações de sofrimento emocional entre crianças e adolescentes e pelos impactos que essas condições podem produzir em diferentes dimensões de suas vidas. Os dados apresentados neste trabalho evidenciam a dimensão desse problema: estima-se que entre 10% e 20% das crianças e adolescentes desenvolverão algum transtorno mental ao longo da vida, sendo que parcela significativa dessas manifestações tem início durante a infância e a adolescência. Somam-se a esse cenário os efeitos observados durante e após a pandemia de Covid-19, período em que diferentes estudos identificaram elevados índices de ansiedade, sintomas depressivos e outras manifestações de sofrimento psíquico entre estudantes. Esses indicadores reforçam



a necessidade de compreender a saúde mental infantojuvenil não apenas como uma questão pertencente ao campo clínico ou familiar, mas também como uma temática que atravessa os processos educativos e as relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A escola ocupa posição singular nesse debate porque constitui um dos principais espaços de convivência, socialização e desenvolvimento de crianças e adolescentes. É nesse ambiente que os estudantes estabelecem vínculos, enfrentam conflitos, experimentam situações de pertencimento e exclusão, constroem sua autonomia e desenvolvem formas de compreender a si mesmos e aos outros. Consequentemente, as experiências escolares podem repercutir tanto na aprendizagem quanto no desenvolvimento emocional e social. Reconhecer essa realidade não significa atribuir à escola a responsabilidade pelo diagnóstico ou pelo tratamento dos transtornos mentais, funções que pertencem aos profissionais e serviços especializados, mas compreender sua importante atuação na promoção do bem-estar, no acolhimento, na prevenção, na identificação de sinais de sofrimento e no encaminhamento adequado quando necessário.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante quando se considera que aprendizagem, afetividade e interação social não constituem dimensões isoladas do desenvolvimento humano. O próprio referencial teórico adotado neste estudo fundamenta-se nessa perspectiva ao recorrer a Vygotsky e a outros autores para discutir a centralidade das interações sociais e afetivas nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Dessa maneira, discutir saúde mental no contexto educacional implica também refletir sobre as condições que possibilitam ao estudante aprender, participar, estabelecer vínculos, expressar sentimentos e construir relações sociais significativas.

Sob a perspectiva educacional, a discussão também encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que a formação integral proposta pelo documento ultrapassa a apropriação dos conteúdos acadêmicos e contempla aspectos relacionados ao autoconhecimento, ao autocuidado, à empatia, ao diálogo, à cooperação e à responsabilidade. No próprio desenvolvimento deste trabalho, destaca-se que a BNCC incorporou essas dimensões entre as competências gerais da Educação Básica. Assim, trabalhar aspectos socioemocionais não deve ser



entendido como atividade complementar ou eventual, mas como uma dimensão que pode atravessar as práticas educativas e contribuir para uma concepção mais ampla de formação humana.

Outro aspecto que reforça a necessidade deste estudo diz respeito à formação dos profissionais da educação. Conforme já apontado na literatura utilizada neste artigo, existem lacunas na formação inicial dos professores para o enfrentamento de questões relacionadas à saúde mental dos estudantes, situação que pode produzir insegurança, angústia e sentimento de impotência diante de situações complexas vivenciadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, não é suficiente defender a inserção da educação socioemocional no currículo sem considerar as condições concretas oferecidas aos docentes para sua realização. Formação continuada, suporte institucional, trabalho interdisciplinar e articulação com profissionais e serviços das áreas da saúde e da assistência social tornam-se elementos fundamentais para que essas propostas não resultem em mais uma responsabilidade atribuída individualmente ao professor.

Há, ainda, uma importante justificativa no âmbito das políticas públicas. A existência do Programa Saúde na Escola e, mais recentemente, da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, instituída pela Lei nº 14.819/2024, demonstra o reconhecimento institucional da necessidade de aproximação entre educação e saúde mental. Esses dispositivos integram, inclusive, o corpus documental considerado pela pesquisa. Desse modo, investigar a interface entre saúde mental e educação socioemocional permite discutir não apenas práticas pedagógicas, mas também a necessidade de ações intersetoriais capazes de articular escola, família, serviços de saúde e demais integrantes da rede de proteção.

A relevância científica deste estudo encontra-se, portanto, na necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a educação socioemocional pode contribuir para a promoção da saúde mental sem reduzir problemas complexos a competências individuais dos estudantes. Questões relacionadas ao sofrimento emocional podem envolver fatores familiares, sociais, econômicos, culturais e institucionais e, por isso, exigem uma abordagem que ultrapasse explicações centradas exclusivamente no indivíduo. Nessa perspectiva, torna-se pertinente problematizar propostas que atribuam ao estudante, isoladamente, a responsabilidade por administrar emoções,



adaptar-se às adversidades ou desenvolver resiliência, desconsiderando as condições sociais e relacionais nas quais esse sujeito está inserido.

É justamente nesse ponto que se evidencia uma questão relevante para o presente trabalho: educação socioemocional e saúde mental são campos relacionados, mas não equivalentes. A educação socioemocional pode favorecer o desenvolvimento de habilidades importantes para a convivência, o autoconhecimento e a construção de relações mais saudáveis; contudo, não substitui acompanhamento psicológico, atendimento especializado ou políticas públicas de saúde mental. Delimitar essas fronteiras contribui para evitar tanto a medicalização de questões educacionais quanto a pedagogização de problemas que necessitam de intervenção especializada.

Dessa forma, o estudo mostra-se pertinente por buscar compreender as possibilidades e os limites da educação socioemocional na promoção da saúde mental no contexto da Educação Básica. Mais do que defender a introdução de atividades socioemocionais nas escolas, pretende-se discutir as condições necessárias para que essas ações sejam desenvolvidas de maneira ética, planejada, integrada e coerente com uma concepção de formação integral. Tal perspectiva converge com o próprio objetivo apresentado no artigo, que propõe analisar a interface entre saúde mental e educação socioemocional e investigar como práticas pedagógicas e políticas públicas podem articular-se para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e humanizados.

Assim, a investigação justifica-se por sua relevância social, educacional, científica e política, ao contribuir para uma reflexão que desloca a saúde mental de uma perspectiva exclusivamente individual e passa a compreendê-la também no âmbito das relações, das práticas institucionais e das políticas de cuidado. Ao mesmo tempo, reafirma-se a necessidade de preservar os limites da atuação docente e de fortalecer redes intersetoriais de proteção, para que a escola possa cumprir sua função educativa sem assumir isoladamente responsabilidades que demandam atuação especializada.



METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentando-se na revisão da literatura especializada sobre saúde mental e educação socioemocional no contexto escolar. Para a construção do referencial teórico, foram consultados artigos científicos, livros, documentos oficiais e periódicos especializados que abordam a temática em suas diferentes dimensões e intersecções, privilegiando abordagens que articulam a psicologia do desenvolvimento com as práticas pedagógicas contemporâneas.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de bases de dados como SciELO e PEPSIC, utilizando descritores como "saúde mental", "educação socioemocional", "competências socioemocionais" e "BNCC" como termos principais. Foram selecionados trabalhos publicados predominantemente nos últimos dez anos, com ênfase em produções que relacionam diretamente a educação socioemocional à promoção da saúde mental no cotidiano escolar, garantindo a atualidade e a pertinência das fontes analisadas.

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem interpretativa, buscando identificar os principais fundamentos teóricos, as políticas públicas regulamentadoras e as evidências sobre eficácia e desafios de implementação. O corpus de análise incluiu a BNCC (BRASIL, 2018), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Programa Saúde na Escola (Decreto nº 6.286/2007) e a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei nº 14.819/2024), além de produções de autores como Goleman (1995), Vygotsky (2009), Almeida (2023) e D'Auria-Tardeli (2022), que discutem a mediação afetiva na formação do sujeito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação socioemocional, conhecida internacionalmente como Social Emotional Learning (SEL), fundamenta-se na neurociência, na psicologia e na pedagogia, compreendendo a interconexão entre desenvolvimento emocional, social e acadêmico. Teóricos como Vygotsky (2009) e Wallon reforçam que as interações sociais e afetivas são centrais no processo de aprendizagem, indicando que o



desenvolvimento cognitivo não ocorre dissociado das dimensões relacionais e que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para a mediação dessas experiências.

No Brasil, a abordagem ganhou status oficial com a homologação da BNCC (BRASIL, 2018), que, ao delinear as dez competências gerais, incorporou o autoconhecimento, a regulação emocional e a empatia como elementos estruturantes do currículo. O documento justifica essa escolha ao afirmar que o novo cenário mundial exige saber lidar com informações, resolver problemas com autonomia e conviver com a diversidade, demandando ferramentas socioemocionais essenciais para a vida contemporânea, indo além da mera acumulação de conteúdos disciplinares.

A saúde mental, por sua vez, é definida pela Organização Mundial da Saúde como um estado de bem-estar que capacita o indivíduo a desenvolver suas potencialidades, lidar com tensões normais e contribuir ativamente com a comunidade. A articulação entre saúde e educação se materializa em políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a recente Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei nº 14.819/2024), que reconhecem a escola como protagonista na disseminação de práticas de cuidado e na prevenção de transtornos, integrando saberes para a formação integral.

DESENVOLVIMENTO

A interface entre saúde mental e educação socioemocional revela-se complexa e multifacetada, envolvendo dimensões pedagógicas, políticas e psicológicas que se entrelaçam no cotidiano escolar. O principal desafio reside na formação de professores, pois os currículos das licenciaturas negligenciam sistematicamente a temática da saúde mental, deixando os educadores despreparados para identificar sinais precoces de sofrimento ou atuar de maneira preventiva. Essa lacuna formativa gera estresse docente e reduz a probabilidade de ações assertivas, apesar do reconhecimento crescente de que a escola ocupa um lugar estratégico para a observação e o acolhimento das demandas emocionais dos alunos.

Outro entrave significativo é a resistência histórica em atribuir à escola a responsabilidade pela saúde mental, frequentemente associada ao receio de medicalização da educação ou à crença de que esse cuidado compete



exclusivamente à área da saúde. Contudo, a pandemia de Covid-19 rompeu essa barreira ao expor dados avassaladores de sofrimento psíquico entre os jovens, tornando urgente a abordagem sistêmica e integrada. A educação socioemocional, nesse cenário, atua como fator de proteção, prevenindo comportamentos suicidas, reduzindo quadros de ansiedade e depressão, desde que implementada de forma coletiva e não como atividade isolada de um único profissional.

Experiências exitosas no Brasil, como o programa Saberes Socioemocionais do Distrito Federal e o Projeto Socioemocional de Minas Gerais, demonstram que a prática é viável quando há compromisso institucional e engajamento de gestores, famílias e comunidade. Essas iniciativas focam em habilidades como empatia, autogestão e colaboração, comprovando que a educação socioemocional não pode ser tarefa de um componente curricular específico, mas sim um projeto integrado de toda a rede de ensino. Conforme evidenciado por pesquisas recentes, o fortalecimento da saúde mental exige o engajamento coletivo de professores, gestores e famílias, aliado a projetos pedagógicos que unam acolhimento, escuta ativa e intervenção preventiva.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a interface entre saúde mental e educação socioemocional na Educação Básica é de extrema relevância para a contemporaneidade, exigindo atenção prioritária de todos os atores sociais envolvidos no processo educativo. Os indicadores de sofrimento psíquico entre crianças e adolescentes, especialmente agravados pelo contexto pandêmico, confirmam a urgência de investir em estratégias de promoção do bem-estar no ambiente escolar, superando a visão fragmentada que dissocia o emocional do cognitivo na formação dos estudantes.

A inclusão das competências socioemocionais na BNCC representa um avanço institucional significativo, porém persistem desafios estruturais e formativos para sua efetivação plena no dia a dia das escolas. A superação desses obstáculos depende da formação adequada e continuada de professores, do fortalecimento de políticas públicas intersetoriais e do envolvimento coletivo de toda a comunidade escolar. É



imprescindível que gestores e educadores compreendam que o cuidado com a saúde mental não é uma tarefa acessória, mas sim constitutiva do ato pedagógico.

Conclui-se que a educação socioemocional constitui um caminho promissor para a promoção da saúde mental, atuando como fator de proteção e prevenção de transtornos emocionais. Sua implementação efetiva, contudo, requer a superação de resistências culturais e a criação de condições estruturais que integrem o socioemocional ao cotidiano pedagógico de maneira orgânica. Dessa forma, será possível formar indivíduos mais conscientes de si, mais empáticos com o outro e mais preparados para enfrentar os desafios complexos da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. Saúde mental e escola: desafios contemporâneos da educação emocional. São Paulo: Cortez, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

D'AURIA-TARDELLI, D.; PRALON, E. Q. C.; COELHO, P. M. Base nacional comum curricular (BNCC) e as competências sócioafetivas: uma revisão bibliográfica. Construção Psicopedagógica, São Paulo, v. 32, n. 33, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542022000100006. Acesso em: 13 ago. 2026.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Saúde Mental de Crianças: sinais de alerta para a APS. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do



Adolescente, Rio de Janeiro, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-a-aps/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

FÓZ, A.; MARQUES, A.; LEITE, C. Saúde mental e competências socioemocionais: um diálogo necessário na implementação de ações promotoras na escola. Revista Educação, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2025/04/28/saude-mental-competencias-socioemocionais/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

GEMMA, S. F. B.; MATA, A. S. da; LIMA, F. T. de. Saúde mental e pandemia da Covid-19: estudo com discentes do ensino superior. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Campinas, v. 29, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id262014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

IEPS – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE. Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Brasil: o que revelam as evidências científicas? São Paulo: IEPS, 28 jan. 2026. Disponível em: <https://ieps.org.br/evidencias-saude-mental-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/mapeamento-aponta-que-70-dos-estudantes-de-sp-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

MSD MANUAIS. Considerações gerais sobre transtornos de saúde mental em crianças e adolescentes. In: Manual MSD Versão Saúde para a Família. out. 2025. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAd-infantil/transtornos-de-sa%C3%BAd-mental-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-transtornos-de-sa%C3%BAd-mental-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes>. Acesso em: 13 ago. 2026.

SIMÕES, C. Promover a Saúde Mental nas Escolas (PROMEHS). SciELO, 2025. No prelo.



VIEIRA, J. de S. F.; SOUZA, F. K. K. A. de; BEZERRA, A. L. F.; SILVA NETA, M. de L. da; MAGALHÃES JUNIOR, A. G. Formação inicial de professores para atuação em primeiros socorros na saúde mental de estudantes. Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional (IMPA), v. 6, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51281/imp.e025016>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/imp/article/view/15835>. Acesso em: 13 ago. 2026.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.